



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE AGRONOMIA**

TAINÁ EMANUELEN ZANETTI

**ASPECTOS RELATIVOS AO PROCESSO SUCESSÓRIO EM PROPRIEDADES
RURAIS FAMILIARES NO OESTE CATARINENSE**

**CHAPECÓ
2018**

TAINÁ EMANUELEN ZANETTI

**ASPECTOS RELATIVOS AO PROCESSO SUCESSÓRIO EM PROPRIEDADES
RURAIS FAMILIARES NO OESTE CATARINENSE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. João Guilherme Dal Belo Leite

CHAPECÓ

2018

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Zanetti, Tainá Emanuelen

Aspectos relativos ao processo sucessório em propriedades rurais familiares no oeste catarinense / Tainá Emanuelen Zanetti. -- 2018.
67 f.:il.

Orientador: João Guilherme Dal Belo Leite .
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
agronomia , Cerro Largo, RS, 2018.

1. Sucessão familiar . 2. Juventude Rural . 3.
Agricultura familiar . 4. Desenvolvimento rural. I. ,
João Guilherme Dal Belo Leite, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

TAINÁ EMANUELEN ZANETTI

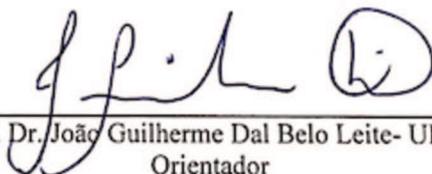
ASPECTOS RELATIVOS AO PROCESSO SUCESSÓRIO EM
PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES NO OESTE CATARINENSE

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do grau de
Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

28 / 06 / 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Guilherme Dal Belo Leite- UFFS
Orientador



Prof. Dr. André-Luiz Radunz- UFFS



Prof. Dr. Geraldo Ceni Coelho- UFFS

AGRADECIMENTOS

A Deus por me guiar durante toda essa jornada, por me conceder forças para superar as dificuldades, me permitindo chegar até aqui.

A Universidade Federal da Fronteira Sul pela oportunidade de conquistar um diploma de ensino superior.

Ao Sindicato dos trabalhadores na agricultura familiar- Sintraf por concretizar a realização deste trabalho, por toda a colaboração e dedicação, pela disposição em ajudar a qualquer momento, o meu muito obrigada.

A todas as famílias de agricultores familiares que se disponibilizaram a participar deste trabalho, deixando de lado suas atividades rotineiras para colaborar com este estudo, não tenho palavras para expressar tamanha gratidão. Sem vocês, nada disto seria possível!

Ao meu orientador Prof. João Guilherme Dal Belo Leite, que não mediu esforços para a concretização deste estudo, por todo o empenho, dedicação, apoio, pela paciência e auxílio em todas as etapas do desenvolvimento deste trabalho. Sou grata pela confiança em mim depositada, pelos conhecimentos transmitidos neste processo, és um grande exemplo a ser seguido. Meu mais sincero muito obrigada!

A todo o corpo docente da Agronomia, pelos ensinamentos proporcionados durante estes cinco anos, pela dedicação durante todo o processo de formação educacional e profissional.

A minha família, em especial aos meus pais e minha irmã, pelo apoio e amor incondicional, por compreender minha ausência em inúmeros momentos devidos ao estudo, e principalmente pelo incentivo nas horas difíceis. Agradeço especialmente também a minha avó Zelide (*in memoriam*), por nunca deixar de acreditar em mim, pelas orações por mim feitas, pelo carinho e exemplo de vida.

Agradeço aos meus amigos pelo companheirismo e apoio.

E por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que a realização deste trabalho se tornasse possível.

RESUMO

A agricultura familiar é extremamente importante à produção de alimentos, geração de empregos e renda na região Oeste de Santa Catarina. Nesta região, o êxodo rural promove uma série de desafios às economias locais, debilitadas pela migração dos jovens e, conseqüente deterioração da sustentabilidade (continuidade) de muitos estabelecimentos familiares. Uma conseqüência direta do êxodo é o envelhecimento da população rural, o qual tende a reduzir o volume de investimentos na unidade de produção. Também se observa a masculinização da juventude rural, dado que as moças estão deixando o campo antes e em maiores proporções que os rapazes. Todos estes fatores contribuem para ao esvaziamento demográfico rural, o que implica em uma generalizada falta de sucessores às propriedades familiares. O objetivo deste trabalho é explorar as características determinantes ao processo sucessório em propriedades rurais familiares no município de Chapecó, região Oeste de Santa Catarina. A unidade de análise foram agricultores familiares filiados ao Sindicato dos trabalhadores na agricultura familiar (Sintraf). Adotou-se uma abordagem exploratória a partir de entrevistas com aplicação de questionário para coleta de informações qualitativas e quantitativas. Selecionaram-se, com apoio técnico do Sintraf, 20 unidades de produção, 10 com perspectivas de sucessão e 10 sem perspectivas de sucessão. Os resultados obtidos indicam que as motivações para a migração dos jovens podem estar na unidade de produção, mas também nas oportunidades que surgem externamente ao meio rural. O processo sucessório leva em conta uma variedade de fatores. Foi possível identificá-los e agrupá-los em: a) Econômico: a renda agrícola obtida é um fator importante à sucessão, assim como tamanho da propriedade e acesso a políticas públicas (PAA e PNAE); b) Sistema de produção: a penosidade das atividades agrícolas é negativa à sucessão, portanto, propriedades que possuem capital para investir em infraestrutura e inovação são mais atrativas a permanência dos jovens; c) Social: ausência de opções de lazer e distância de centros educacionais favorecem a migração. A maioria dos jovens que deixaram o campo foram motivados pela busca de oportunidades de trabalho não-agrícola e continuação dos estudos. No âmbito familiar, a ausência de diálogo entre gestores e filhos e a baixa participação dos jovens nas decisões da propriedade também demonstraram ser desfavoráveis à sucessão

familiar; d) Questão de gênero: observa-se a preferência pelos filhos homens no gerenciamento das atividades agrícolas, assim como em eventuais processos de sucessão. Os pais tendem a incentivar as filhas a saírem do campo com mais intensidade do que os filhos homens.

Palavras-chave: Sucessão familiar. Juventude rural. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

Family farms are extremely important to food production, job creation and income in the West region of Santa Catarina. In this region, rural exodus imposes a number of challenges to local economies, weakened by the migration of young people and, consequently, the deterioration of family farm sustainability. A direct consequence of such migration is rural population aging, which tends to reduce investments in the farmstead. Moreover, there is the masculinization of the rural youth, as young women leave the countryside sooner and in greater proportions than boys do. Altogether, these factors contribute to rural demographic depletion, which implies a generalized lack of successors in family farms. The objective of this work is to explore succession driving factors in family farms in Chapecó. The unit of analysis were family farmers affiliated to the Family Farm Union (Sintraf). We adopted an exploratory approach based on interviews to collect qualitative and quantitative data. Twenty family farms were selected with the support of Sintraf. 10 are very likely to have a successor and 10 are very unlikely to have a successor. Our results indicate that the motivations for the migration of young people may be in the farm or in opportunities that emerge outside the rural environment. The succession process takes into account a variety of factors, such as a) Economic: agricultural income, as well as farm size and access to public policies (PAA and PNAE). b) Production system: painfulness is negative, therefore, better endowed farms with capital to invest in infrastructure and innovation are more attractive to rural youth. c) Social: lack of entertainment and distance from universities favor migration. Most of the young people who left the countryside were motivated by non-agricultural work opportunities and education. In the family context, the absence of dialogue between parents and their children, as well as little if no participation of new generations in the decision-making process also proved to be a hurdle to family succession. d) Gender issues: there is a clear preference for sons instead of daughters in the management of agricultural activities, as well as in an eventual succession processes. In general, it means that parents tend to encourage daughters to leave the farm more frequently.

Keywords: Family succession. Rural youth. Family farm. Rural development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Escolaridade (em número de anos) dos gestores.	23
Figura 2- Ocupação atual dos filhos.	25
Figura 3- Tamanho (em hectares) das propriedades agrícolas.	27
Figura 4- Diversificação das atividades agrícolas nas propriedades.	29
Figura 5- Principal atividade econômica do estabelecimento rural.	30
Figura 6- Atratividade econômica das atividades do estabelecimento segundo a percepção dos gestores.	31
Figura 7- Sistemas de produção utilizados nas propriedades.	33
Figura 8- Frequência de participação nos programas institucionais PAA e PNAE.	34
Figura 9- Tipos de fontes de renda não agrícola do grupo familiar.	36
Figura 10- Percepção dos gestores sobre a existência de formas de estímulo à permanência dos jovens no meio rural.	38
Figura 11- Opções de estímulo a permanência dos jovens na propriedade.	39
Figura 12- Frequência da facilidade de abertura para diálogo com os pais.	42
Figura 13- Frequência da participação dos jovens na gestão do estabelecimento.	43
Figura 14- Percepção dos jovens sobre a prosperidade de seu futuro no campo.	45
Figura 15- Influência do fator econômico para a sucessão familiar.	46
Figura 16- Influência do fator social e cultural sobre a sucessão familiar.	48
Figura 17- Influência da componente qualidade de vida sobre a permanência no campo. ...	49
Figura 18- Frequência de jovens que deixaram o campo em busca de oportunidades de estudo e/ou trabalho nas cidades.	50
Figura 19- Percepção dos jovens sobre a falta de alternativas na cidade.	51
Figura 20- Influência da componente “penosidade” na decisão de saída dos jovens do campo.	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Informações a respeito da decisão dos filhos de permanecer ou sair do campo. 53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.2	OBJETIVO GERAL	13
1.2.1	Objetivos específicos	13
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
2.1	A AGRICULTURA FAMILIAR.....	12
2.2	A ESPECIFICIDADE DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	15
2.3	A QUESTÃO SUCESSÓRIA NO OESTE CATARINENSE	16
3	METODOLOGIA	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1	BLOCO I- CARACTERÍSTICAS FAMILIARES	22
4.2	BLOCO II- CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO FAMILIAR E COMPONENTE ECONÔMICO	26
4.3	BLOCO III- PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE A OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E O MEIO RURAL	37
4.4	BLOCO IV- PERCEPÇÃO DOS FILHOS SOBRE O MEIO RURAL E A ATIVIDADE AGRÍCOLA.....	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO	60

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), existem 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, que representam 84,4% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros. Em Santa Catarina a representatividade da agricultura familiar é similar ao encontrado no restante do país, sendo que 90% dos estabelecimentos do estado são propriedades rurais familiares (CEPA, 2011). Em menos da metade da área dos estabelecimentos rurais (41%), a agricultura familiar Catarinense responde por 70% do valor da produção agrícola e pesqueira do Estado, com destaque para produção de feijão, milho, suínos, aves, leite e cebola (CEPA, 2011).

Apesar da importância econômica da agricultura familiar, seu futuro é ameaçado pela falta de sucessores. Desde 1990, no Sul do país, os estabelecimentos agrícolas familiares vêm perdendo seus sucessores com a saída dos jovens do meio rural de forma mais intensa (WEISHEIMER, 2005). Nesse processo, a matriz produtiva construída a partir da agricultura familiar é degradada, e, com ela, a sustentabilidade de cooperativas, associações e outros empreendimentos e atividades de base familiar.

O êxodo rural é um fenômeno que afeta particularmente a região Oeste de SC, onde a agricultura familiar desempenha importante papel no desenvolvimento da agroindústria (ABRAMOVAY et al., 1998; SPANEVELLO, 2008). Algumas consequências são o envelhecimento e masculinização da população rural, visto que as moças estão deixando o campo antes e em maiores proporções que os rapazes (MELLO et al., 2003). Adicionalmente, perde-se parte do tecido social existente e das relações sociais próprias do meio rural (SILVESTRO et al., 2001).

A sucessão familiar é um processo que ocorre pela transferência de poder (tomada de decisões) e patrimônio, principalmente terra, entre gerações (STROPASOLAS, 2011). Por conseguinte, em situações em que a permanência dos filhos deixar de ocorrer, os estabelecimentos tornam-se mais suscetíveis à venda ou arrendamento (SPANEVELLO, 2008).

A ausência de sucessão na agricultura familiar também afeta sua capacidade de promover seus interesses como grupo social e setor econômico, com consequências ao

desenvolvimento de políticas públicas, programas de desenvolvimento rural e acesso ao crédito.

A partir do exposto, torna-se relevante explorar e reconhecer características pertinentes ao processo sucessório das unidades de produção familiar, a fim de melhor entender quais podem ser os motivos que levam os jovens a deixarem o campo ou seguir com a profissão dos pais.

1.2 OBJETIVO GERAL

Explorar características pertinentes ao processo sucessório em propriedades rurais familiares no município de Chapecó, região Oeste de Santa Catarina.

1.2.1 Objetivos específicos

- Descrever e reconhecer as características do sistema de produção conforme a situação da sucessão nas unidades de produção familiar;
- Identificar a relação entre a renda agrícola e perspectiva de sucessão nas unidades de produção familiar estudadas;
- Estudar o impacto de programas institucionais, como Programa de aquisição de alimentos e o Programa Nacional da Alimentação Escolar, como estratégias de promoção da agricultura familiar e permanência dos jovens no campo.
- Gerar informações relevantes a outros trabalhos dedicados ao processo de sucessão na agricultura familiar.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nos próximos parágrafos desta seção serão revisados aspectos teóricos da literatura científica voltada a agricultura familiar, o processo de sucessão e a dinâmica sucessória na região Oeste de Santa Catarina.

2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar passou a fazer parte do cenário político do país por volta da primeira metade dos anos 1990. Até o momento, este grupo de estabelecimentos eram designados por vários termos, entre eles minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou ainda como agricultores de baixa renda (NAVARRO, 2010).

A Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 caracteriza agricultor familiar e empreendedor familiar como

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p.1).

Além de possuir tamanho máximo de quatro módulos fiscais, é considerada uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados (LAMARCHE, 1993). Desta forma, a agricultura familiar também pode ser entendida como aquela em que a família é proprietária dos meios de produção ao mesmo tempo em que assume o trabalho no estabelecimento (WANDERLEY, 1999).

A afirmação da agricultura familiar no Brasil está relacionada com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996, que veio em resposta a pressão exercida pelo movimento sindical rural desde 1990. Este programa foi criado com o intuito de promover crédito agrícola aos pequenos agricultores, que encontravam dificuldades de permanecer na atividade (SCHNEIDER, 2003).

A implantação do PRONAF demarca pela primeira vez no Brasil, a destinação de recursos econômicos financiados para os agricultores familiares, com o objetivo de fortalecer a produção agrícola e permitir viabilidade econômica (SPANVELLO, 2008).

O trabalho na agricultura familiar é uma atividade herdada, isto é, a transferência da gestão da propriedade ocorre entre membros da própria família. Este processo de sucessão é um dos estágios mais críticos para o desenvolvimento da propriedade (KYOTA; PERONDI, 2014).

Inserida em um ambiente competitivo e desigual, a agricultura familiar é dependente da sucessão familiar para garantir sua continuidade (STUANI; NECKEL, FICAGNA, 2016).

O processo sucessório envolve mais do que a continuidade das propriedades, envolve o destino de várias regiões devido ao forte papel social e cultural que é desempenhado pela agricultura familiar (ABRAMOVAY et al., 1998).

2.2 A ESPECIFICIDADE DA SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

A questão sucessória é importante em qualquer tipo de empreendimento familiar, seja rural ou não. Porém, na agricultura familiar existe uma particularidade decisiva, pois o negócio exige a continuidade do caráter familiar na gestão e no trabalho da propriedade (ABRAMOVAY et al., 1998).

A problemática da sucessão familiar rural é reconhecida como um dos momentos mais delicados pelo qual a empresa familiar passa, por envolver aspectos legais do processo, assim como relações familiares (CRUZ; OLIVEIRA, 2014).

Uma das especificidades ocupacionais da agricultura familiar é que o ingresso na profissão agrícola é predominantemente oriundo de indivíduos do próprio meio rural, embora a profissão agrícola seja uma opção aberta para indivíduos das mais diversas origens sociais (SILVESTRO et al., 2001). Desta forma, a sucessão depende da formação de novas gerações dentro do próprio estabelecimento familiar (SPANVELLO, 2008).

Froehlich (2002) constatou em seu trabalho, através de uma enquete com jovens estudantes do meio urbano, que estes aceitariam viver no meio rural sob algumas condições, como por exemplo a proximidade de mercados e farmácias, universidades e opções de lazer,

as quais nem sempre estão acessíveis no rural. Neste caso, mesmo que haja ingresso de jovens urbanos no meio rural, é provável que sua permanência seja apenas temporária.

O processo sucessório é, na maioria das vezes, lento e gradual, variando de família para família (CARVALHO, 2007) e centralizado na figura paterna, que determina o momento e a forma para transferência da gestão do estabelecimento à próxima geração (ABRAMOVAY et al., 1998).

A sucessão é formada por três componentes: a transferência do patrimônio imobilizado em terras e capital; a continuação da profissão paterna e a saída das gerações mais velhas da gestão da propriedade (SILVESTRO et al., 2001). Neste processo, conflitos podem emergir devido à resistência dos atuais gestores em deixar o comando para o sucessor (JUCHEM; BOSCARIN; CÉSPEDES, 2006).

Discussão e planejamento são etapas fundamentais à mediação de conflitos, e à promoção dos sucessores e à gerência da propriedade rural (LODI, 1998). No entanto, esta prática não é comum em estabelecimentos agrícolas familiares (AHLERT, 2009).

2.3 A QUESTÃO SUCESSÓRIA NO OESTE CATARINENSE

A região Oeste de Santa Catarina estende-se desde o Planalto Catarinense até a fronteira com a Argentina. Sua colonização foi intensificada a partir de 1940, momento no qual iniciou-se o estabelecimento de empresas agroindustriais (CAMPOS, 1987).

Até meados da década de 1980, ainda que o êxodo rural fosse intenso era mais homogêneo com relação a sexo e idade (FROEHLICH et al., 2011). Aproximadamente cerca de 40% da população que vivia nas áreas rurais no começo dos anos 1970 migraram na década de 1980 no Brasil (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Conseqüentemente, nos últimos 50 anos o Brasil passou por um intenso processo de urbanização. De 1960 a 2010, a proporção de pessoas vivendo em regiões urbanas no país passou de 37% para 85%, respectivamente (Censo demográfico 1940-2010, IBGE). Somada a este esvaziamento demográfico do campo, nota-se a masculinização e envelhecimento da população rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Até o fim dos anos 1960, na região Sul do país, era muito forte a “pressão moral” para a continuidade da profissão de agricultor, dado que demais alternativas não-agrícolas eram

escassas e pouco acessíveis (ABRAMOVAY et al.,1998). O processo sucessório e a formação da nova geração de agricultores sucessores pareciam seguir um tipo de padrão automático, a agricultura familiar produzia apenas novas propriedades familiares (MELLO et al., 2003).

Uma característica fundamental deste período da agricultura familiar é a consolidação de um modo de vida rural, traduzido pela continuidade da atividade através da sucessão essencialmente masculina, e da condição materna para as filhas mulheres (ABRAMOVAY et al., 1998).

De maneira geral, o padrão sucessório privilegia a seleção ou escolha de um único sucessor pelo pai ou pais e a exclusão dos demais filhos, assim evitando o fracionamento da terra ao ponto de comprometer a viabilidade econômica da atividade agrícola (CARNEIRO, 2001; ABRAMOVAY et al.,1998). A saída dos filhos para seguirem outras profissões ou para serem agricultores em outros locais é uma estratégia familiar para permitir a continuidade do estabelecimento familiar (SPANEVERELLO, 2008).

No entanto, a saída dos jovens nem sempre pode ser considerada prejudicial aos próprios filhos e às suas famílias. Em um contexto de más condições de vida no meio rural e pobreza, a migração pode permitir acesso a melhores condições para ambos. A migração torna-se prejudicial quando é excessiva ou muito seletiva com relação ao sexo, por exemplo (DURSTON, 1998).

Os sucessores das unidades de produção geralmente são filhos homens, a escolha das filhas mulheres como sucessoras dá-se em casos mais raros quando, geralmente, não há filhos homens (SPANEVERELLO, 2008).

As implicações da migração seletiva podem ser sentidas mesmo nas propriedades com sucessão. Neste caso, em propriedades com ao menos um filho disposto a permanecer no campo, a migração feminina intensificada favorece o processo de masculinização, com consequências sobre a formação de novas famílias e futuros sucessores (SPANEVERELLO, 2008).

O processo de sucessão familiar no Oeste Catarinense consistia basicamente em transferir a propriedade do pai para o filho mais novo, conhecido como minorato ou ultimogenitura. Até que este regime do minorato não se concretizava, a família se organizava

para viabilizar a instalação dos demais filhos como agricultores através da aquisição de novas áreas de produção, por exemplo (MELLO et al.,2003).

A sucessão através do minorato começa a se esgotar durante a década de 1960. Na região Oeste, dois fatores contribuíram com esse processo: de um lado, limitações para criação de novas unidades produtivas, e por outro a desmotivação dos jovens em permanecer no campo (MELLO et al., 2003).

A partir da década de 1970, a agricultura familiar em toda a região Sul sofre uma ruptura. Nesse momento, a formação de novas gerações de agricultores perde relação com o minorato (ABRAMOVAY et al.,1998). Desde então, a sucessão familiar na região tornou-se incerta e um tanto conflituosa, convertendo-se a uma ameaça para a continuidade da agricultura familiar, dado que havia ausência de um padrão sucessório em substituição ao minorato (MELLO et al., 2003).

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no município de Chapecó, região Oeste do estado de Santa Catarina. A unidade de análise foram agricultores familiares filiados ao Sindicato dos trabalhadores na agricultura familiar de Chapecó e região (SINTRAF).

O município de Chapecó é conhecido como capital nacional da agroindústria e ocupa posição central em relação aos centros consumidores do Mercosul. Ainda, está na sexta posição na economia do Estado de Santa Catarina (TESTON; FILIPPIM, 2016).

A escolha pela cidade de Chapecó deu-se pela representatividade da agricultura familiar para a economia local. A região também é rica em iniciativas coletivas, tais como sindicatos, associações e cooperativas, o que facilita a aproximação das atividades acadêmicas com os produtores rurais.

O município de Chapecó possui uma população estimada pelo IBGE (2010) de 183.530 mil habitantes, destes, de acordo com o Censo demográfico de 2010 a população urbana estimada era de 168.113 habitantes.

Para a realização desse trabalho escolheu-se a técnica de estudo de caso, a qual consiste em uma investigação empírica com o intuito de analisar um determinado fenômeno dentro do contexto de vida real (YIN, 2001).

O trabalho propõe uma abordagem exploratória a partir da aplicação do questionário para coleta de informações quantitativas e qualitativas.

As unidades de produção familiar foram divididas em dois grupos. O primeiro com perspectivas de sucessão, e o segundo sem perspectivas de sucessão. Foram consideradas propriedades com perspectivas de sucessão aquelas onde há pelo menos um filho residindo no estabelecimento familiar (ou em outro estabelecimento próximo, pertencente a mesma unidade de produção) o qual já foi definido ou está sendo encaminhado como sucessor. As propriedades consideradas do grupo sem perspectivas de sucessão são aquelas nas quais apenas os pais residem no estabelecimento ou que na perspectiva deles nenhum filho irá retornar ou assumir a propriedade.

Para formação dos grupos dois critérios foram observados: 1) as famílias devem ter pelo menos um filho, independente do sexo; e 2) agricultores com idade de 49 anos ou mais.

De acordo com a literatura, na agricultura familiar a sucessão é um processo tardio, pois os pais geralmente realizam a transmissão do patrimônio quando atingem idade mais avançada (SPANVELLO, 2008). Portanto, este recorte etário para os gestores se justifica pelo fato de a pesquisa centrar-se em casos de sucessão definida ou encaminhada. Desta forma, optou-se pela delimitação mínima de idade buscando evitar que os agricultores entrevistados fossem muito jovens, ou recém-casados com filhos pequenos, por exemplo, o que não permitiria tratar do tema da sucessão dentro destas famílias, ou mesmo definir qual família possui possibilidade de sucessão ou não.

A seleção das unidades de produção familiar ocorreu em duas etapas distintas. Na primeira, os grupos com e sem perspectivas de sucessão foram formados a partir de um levantamento sobre a sucessão familiar realizado com auxílio do Sindicato dos trabalhadores na agricultura familiar de Chapecó e região (SINTRAF).

Na segunda etapa, foram selecionadas 20 unidades de produção, obedecendo os critérios 1 e 2 pré-estabelecidos para esta pesquisa, sendo 10 no grupo com perspectivas de sucessão e 10 no grupo sem perspectivas de sucessão. A seleção em cada grupo foi aleatória.

As entrevistas foram conduzidas com casais de agricultores familiares e com um (a) dos (as) filhos (as). Os filhos (as) foram entrevistados separadamente para evitar influência dos pais em suas respostas.

O questionário foi construído de forma que pudesse captar características determinantes ao processo de sucessão. A pergunta essencial a esse trabalho foi identificar por que em algumas unidades de produção as possibilidades de sucessão são maiores do que em outras.

Questões fechadas foram utilizadas para coleta de informações relacionadas a variáveis contínuas ou discretas e com viés essencialmente quantitativo. As questões abertas, possuíram viés qualitativo, com o intuito de avaliar a opinião ou impressão da família sobre um ponto específico (Apêndice 1).

A metodologia e o questionário desenvolvido foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP-UFFS), no ano de 2017 através do parecer consubstanciado do CEP número 1.972.365 (CAAE: 64625517.2.0000.5564).

O roteiro elaborado foi aplicado pela pesquisadora, juntamente com apoio técnico do SINTRAF, no período de maio a setembro de 2017. Os dados foram coletados de forma

integrada através do roteiro aplicado aos agricultores sem e com sucessão composto pelos blocos I, II, III e IV.

O Bloco I contém questões relativas a características familiares, como idade dos agricultores, tamanho da família ou número de filhos, escolaridade dos integrantes da família, atividade ocupacional dos filhos, local de residência dos mesmos e número de sucessores por estabelecimento.

No Bloco II, as perguntas formuladas dizem respeito a questões da propriedade, como área total, área agrícola cultivada, principais atividades agropecuárias, sistemas de produção e criação, atratividade econômica da atividade agrícola e outras fontes de renda (não-agrícola).

No Bloco III, as questões são relacionadas à percepção dos entrevistados sobre a ocupação agrícola e o meio rural, ponto de vista sobre a permanência dos filhos na propriedade, formas de estímulo e oportunidades de permanência dos filhos na propriedade ou a saída destes do campo.

Por fim, o Bloco IV, diz respeito especificamente aos filhos. Todas as perguntas formuladas foram direcionadas à relação de diálogo com os pais, à percepção dos filhos sobre o meio rural e sobre os possíveis motivos que os levaram a sair ou a permanecer no campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos itens a seguir, serão apresentados e discutidos os resultados encontrados na pesquisa, sendo divididos por blocos: I, II, III e IV.

4.1 BLOCO I- CARACTERÍSTICAS FAMILIARES

Os agricultores entrevistados possuem idades entre 49 e 84 anos. No grupo com sucessão, 60% dos homens e 80% das mulheres possuem idades entre 49-55 anos.

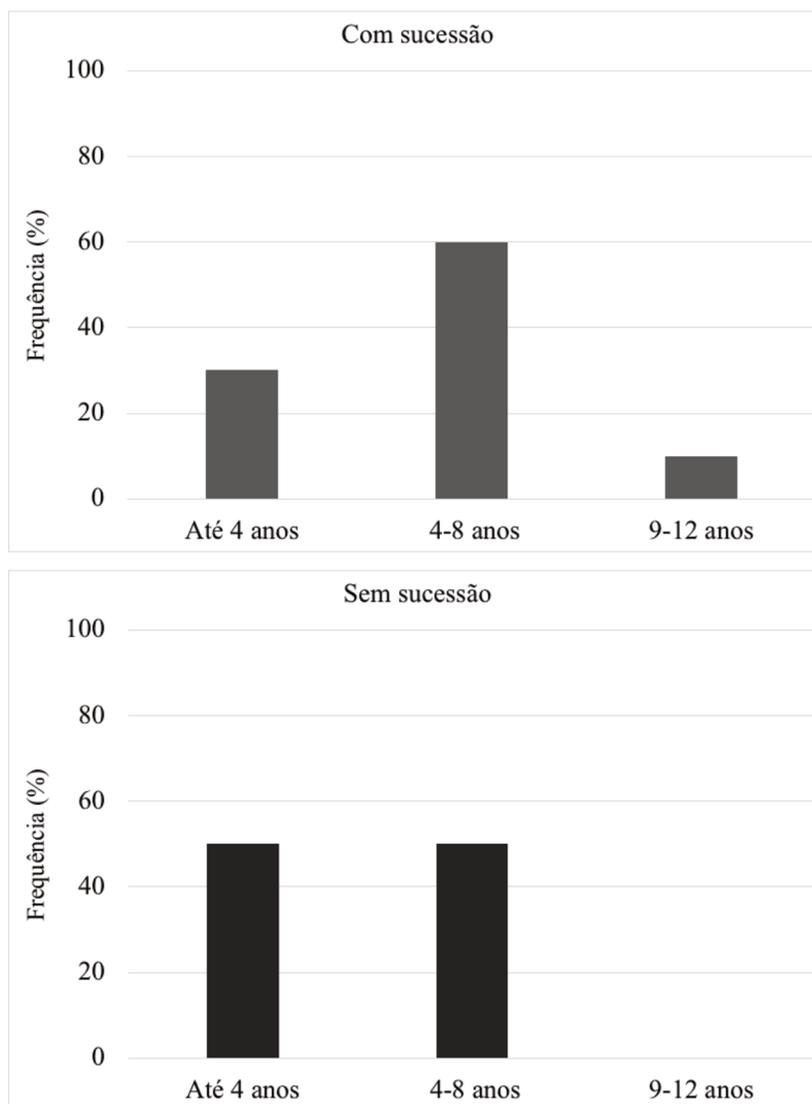
No grupo sem sucessão, há maior variabilidade. 30% dos homens têm de 49-55 anos, 20% entre 56-60, 30% entre 61-65 anos e 20% entre 66-70 anos. Entre as mulheres, 30% tem entre 49-55 anos, 30% entre 56-60 anos e outras 30% têm idade entre 61-65 anos. Observa-se que os agricultores no grupo com sucessão são predominantemente mais jovens que os agricultores no grupo sem sucessão.

Quanto ao número de integrantes na família, no grupo com sucessão 50% das famílias possuem mais de quatro integrantes. Entretanto, em 100% das famílias, o número de integrantes que permanecem no estabelecimento rural é de três a quatro pessoas, geralmente pai, mãe e filho(s).

No grupo sem sucessão 70% das famílias possuem mais de quatro integrantes. Porém, o número de integrantes que permanecem no estabelecimento rural decresce para dois integrantes em 80% das famílias, ou seja, permanecendo na propriedade rural apenas os gestores (pai e mãe).

A Figura 1 apresenta a escolaridade, em números de anos, calculada em função das médias de anos de escolaridade dos gestores. No grupo com sucessão, em 60% dos casos, ambos os gestores possuem escolaridade entre quatro a oito anos. Porém, no grupo sem sucessão, metade dos gestores entrevistados possuem escolaridade inferior a quatro anos.

Figura 1- Escolaridade (em número de anos) dos gestores.



Fonte: A autora.

A escolaridade é uma variável importante tanto para a fixação como migração do meio rural (MUSSOI, 1993). A formação profissionalizante pode ser formal (primeiro, segundo e terceiro graus) ou informal (profissionalização de agricultores pela EPAGRI, escolas do SENAI, SENAR etc.). Seja formal ou informal, a formação profissional é de extrema importância para o meio rural, pois permite a construção da viabilização econômica dos estabelecimentos agrícolas (TESTA et al., 1996).

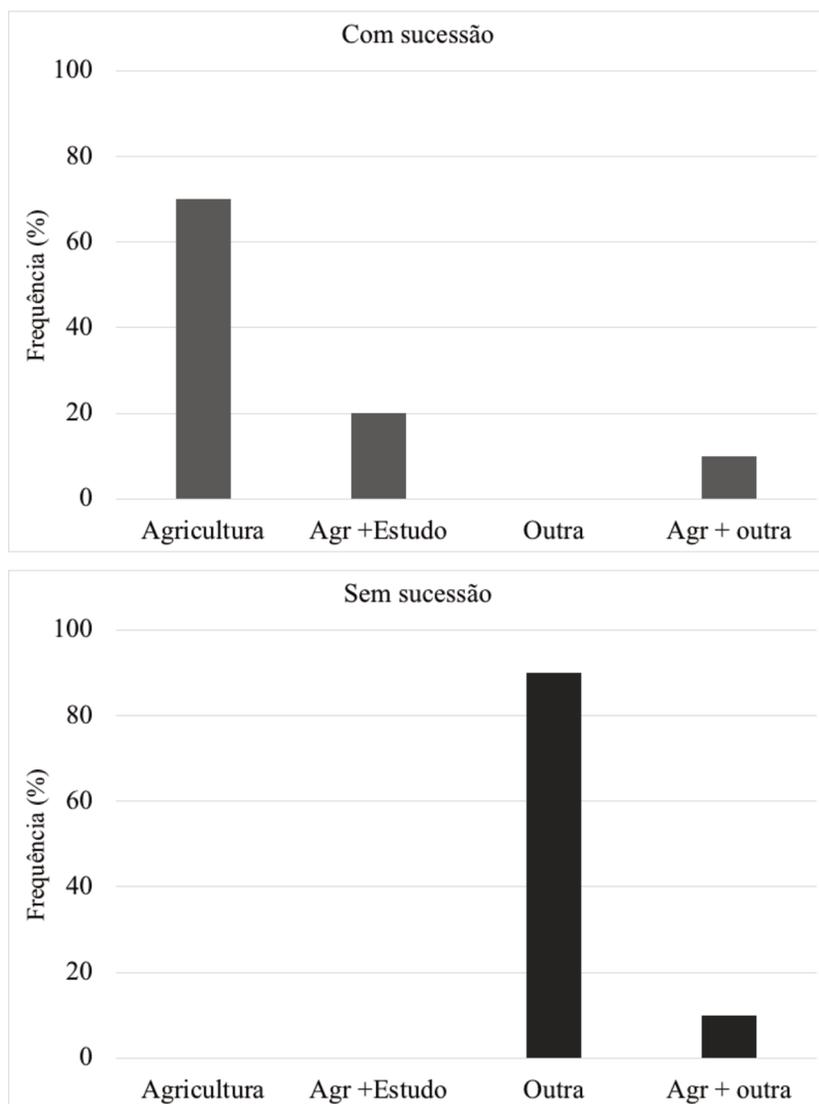
Observou-se que os gestores do grupo com sucessão possuem maior escolaridade quando comparado aos gestores do grupo sem sucessão. Pode-se associar a maior

escolaridade dos pais com maiores possibilidades de sucessão, pois a formação profissional (conhecimento) dos gestores pode promover a sustentabilidade, principalmente econômica, de seus estabelecimentos e com isso estimular o jovem a permanecer no campo.

Em 70% das famílias com sucessão, os jovens que permaneceram na propriedade continuam trabalhando em atividades essencialmente agrícolas, 20% conciliam as atividades agrícolas com estudos e outros 10% conciliam as atividades agrícolas com atividades não-agrícolas (na cidade; figura 2).

No grupo sem sucessão observa-se que 90% dos jovens estão trabalhando com atividades não-agrícolas, apenas 10% conciliam atividades agrícolas (fora do estabelecimento da família) com outras atividades (Figura 2). A penosidade e baixa remuneração do trabalho na agricultura são obstáculos à sucessão. Para muitos jovens, o meio urbano oferece atrativos como renda mensal fixa, férias e décimo terceiro, os quais não lhes são assegurados pelo trabalho na unidade de produção familiar (GERBER; AGUIAR, 2009).

Figura 2- Ocupação atual dos filhos.



Fonte: A autora.

Legenda: Agr: Agricultura; Agr+ Est: Agricultura mais estudos; Agr+ Outra: Agricultura mais outra atividade

A pesquisa também revelou que em 40% das propriedades o filho sucessor é o mais velho, em outras 40% é o filho mais novo e em 20% é o filho intermediário. Tais observações contrapõem o minorato ou ultimogenitura, padrão de sucessão muito tradicional na região Oeste de Santa Catarina até o final dos anos 1960 (MELLO et al., 2003).

Nas propriedades entrevistadas não foi possível identificar um padrão hegemônico de sucessão. Resultados similares foram encontrados por outros estudos (e.g. MELLO et al., 2003), apontando para o enfraquecimento de padrões tradicionais de sucessão.

Atualmente, o processo de sucessão tem dado espaço a decisões mais democráticas, os filhos que desejam ficar são aqueles que recebem o patrimônio (MELLO et al., 2003).

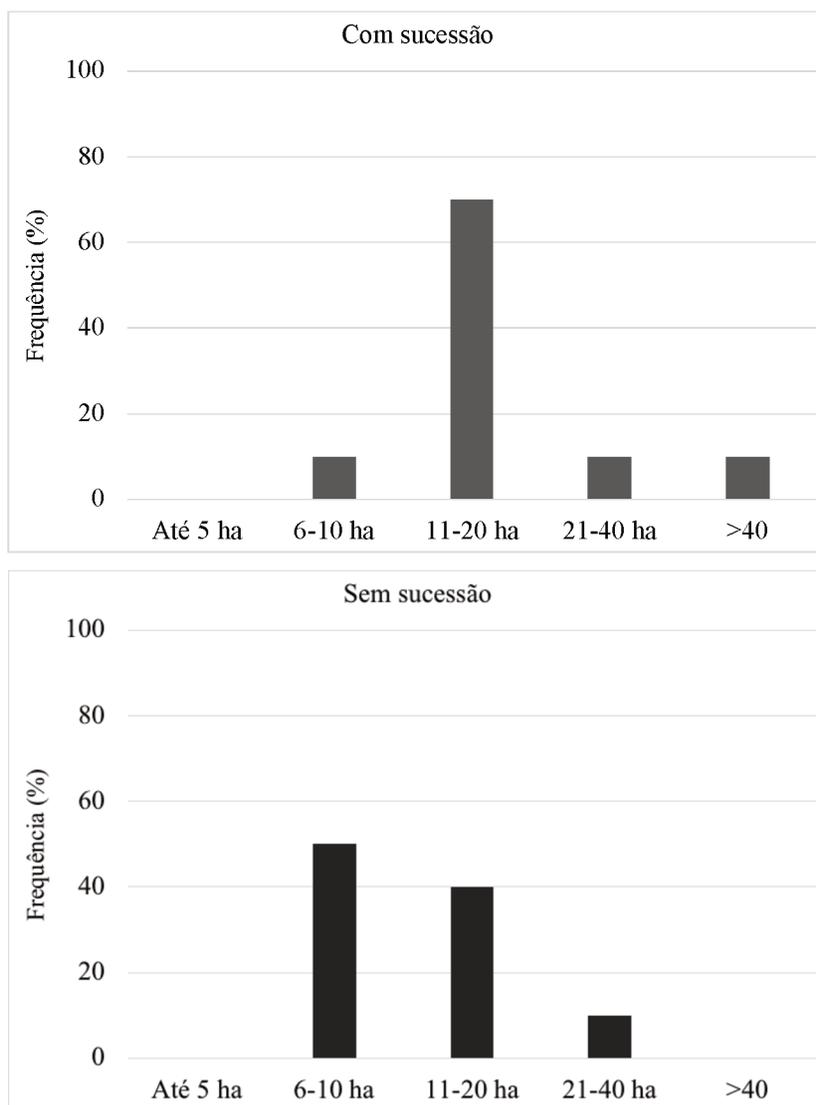
Ainda, aliado ao processo sucessório, observa-se o viés masculino na sucessão. Das famílias entrevistadas do grupo com perspectiva de sucessão, em 90% dos casos o futuro sucessor é do sexo masculino, mesmo que o casal possua filhas, o sucessor tende a ser um dos filhos homens, e em apenas 10% a filha mais nova será sucessora, salientando que nesta família o casal possui apenas duas filhas. Estes dados, reforçam a ideia de que a escolha por sucessoras mulheres é mais rara e geralmente ocorre quando não há filhos homens ou elas são filhas únicas (SPANVELLO, 2008).

O trabalho das mulheres na agricultura é visto como ajuda, não sendo reconhecido como produtivo ou importante economicamente, independente de qual seja a contribuição da mulher para o estabelecimento (SPANVELLO, 2008). Tal condição promove a migração das jovens do campo para o meio urbano, em busca de melhores condições de trabalho (GERBER; AGUIAR, 2009).

4.2 BLOCO II- CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO FAMILIAR E COMPONENTE ECONÔMICO

De acordo com os dados obtidos, 70% das propriedades com sucessão possuem de 11-20 hectares. No grupo sem sucessão, 50% possui de 6-10 hectares, e outras 40% possuem entre 11-20 hectares (Figura 3).

Figura 3- Tamanho (em hectares) das propriedades agrícolas.



Fonte: A autora

Gerber e Aguiar (2009) pontuam que existe uma relação entre tamanho dos estabelecimentos e a determinação da migração dos jovens para os estabelecimentos urbanos, pois o tamanho da propriedade interfere na obtenção de uma renda suficiente para a reprodução da unidade familiar. Para Winck et al. (2013) é evidente que o porte econômico de um estabelecimento pode definir ou não se haverá um futuro sucessor.

O tamanho das propriedades no grupo com sucessão é maior que no grupo sem sucessão. Esta questão pode ser um fator positivo à permanência dos jovens no campo, pois propriedades maiores geralmente também possuem maior disponibilidade de terra

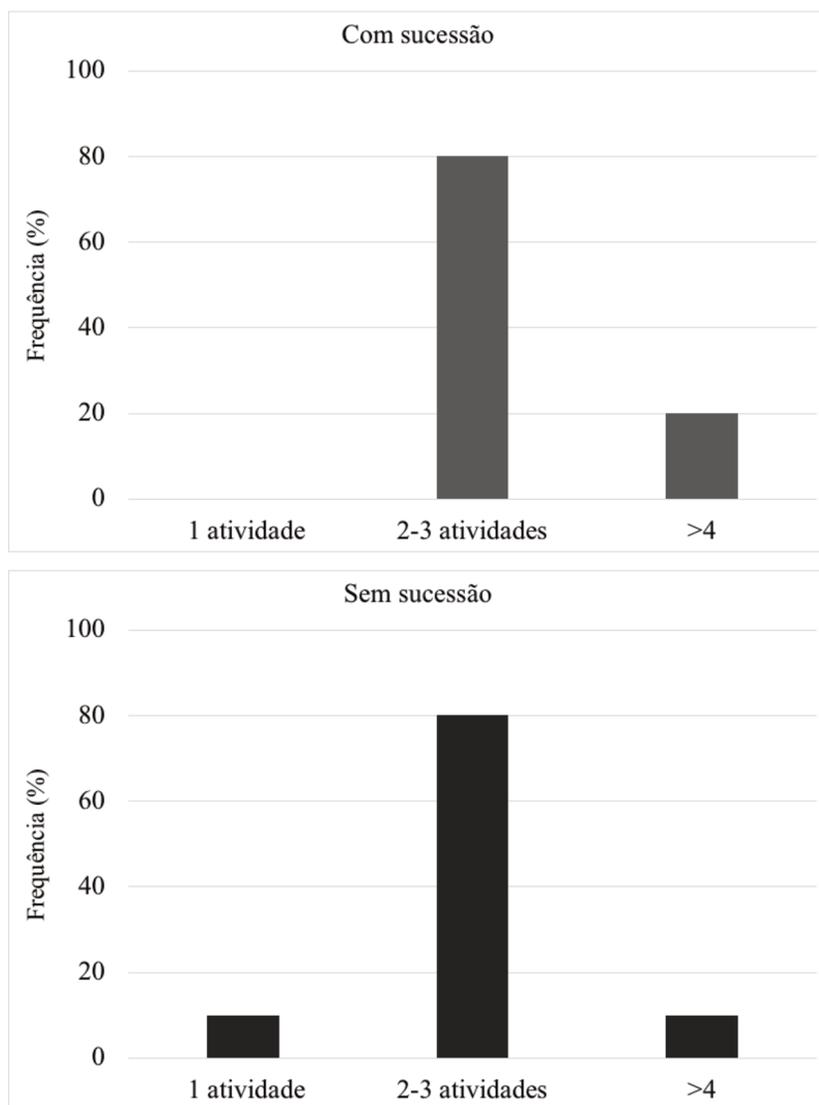
agricultável (superfície agrícola útil), o que pode facilitar o processo de distribuição das terras aos filhos, possibilitando que mesmo fracionando a propriedade ela ainda permaneça com tamanho mínimo que viabilize sua continuidade, permitindo que os filhos ou ao menos um dos filhos permaneça na propriedade.

Propriedades maiores tendem a ser mais capitalizadas e com isso podem investir em tecnificação, o que diminui a quantidade e penosidade do trabalho manual, contribuindo para que o jovem tenha mais interesse de ficar na propriedade (GERBER; AGUIAR, 2009).

Outro elemento importante à sustentabilidade dos estabelecimentos familiares é o risco, particularmente associado à flutuação dos preços dos produtos agrícolas. Uma estratégia para reduzir riscos é diversificar as atividades econômicas dentro da unidade de produção.

Nos estabelecimentos com sucessão e sem sucessão a diversificação das atividades dentro da unidade de produção foi similar, sendo que 80% desenvolvem de duas a três atividades econômicas (Figura 4).

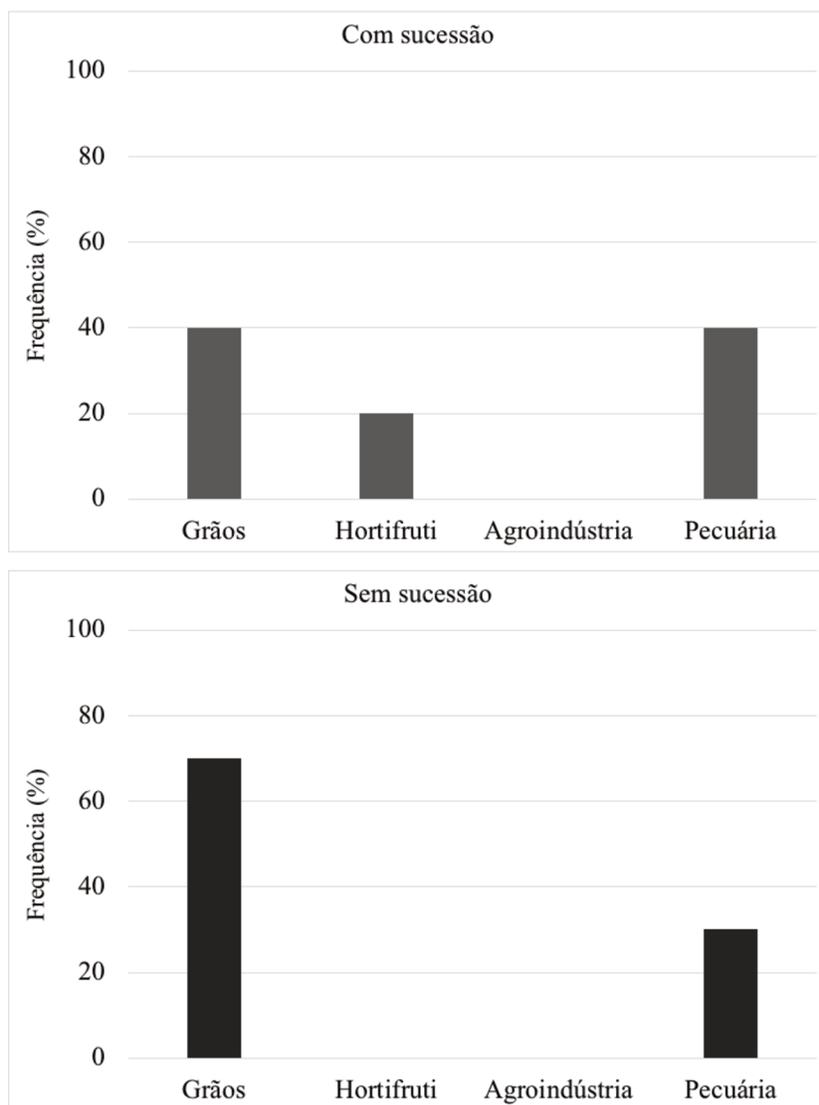
Figura 4- Diversificação das atividades agrícolas nas propriedades.



Fonte: A autora

Em ambos os grupos, as principais atividades econômicas são a produção de grãos (milho, soja e trigo predominantemente), e a pecuária, com a produção de gado leiteiro, gado de corte e sistemas produtivos de integração (avicultura). Porém, no grupo com sucessão observa-se que em 20% das propriedades a horticultura é a atividade econômica principal, o que não foi observado em nenhuma propriedade do grupo sem sucessão (Figura 5).

Figura 5- Principal atividade econômica do estabelecimento rural.



Fonte: A autora.

A maior oferta de mão de obra nas propriedades com sucessão pode ser um fator determinante ao desenvolvimento de atividades como a horticultura.

O sistema de produção empregado nas propriedades pode ser um estímulo ou desestímulo à permanência dos jovens no meio rural. Em ambos os grupos, a grande maioria dos entrevistados consideram as atividades desenvolvidas no estabelecimento penosas ou muito penosas.

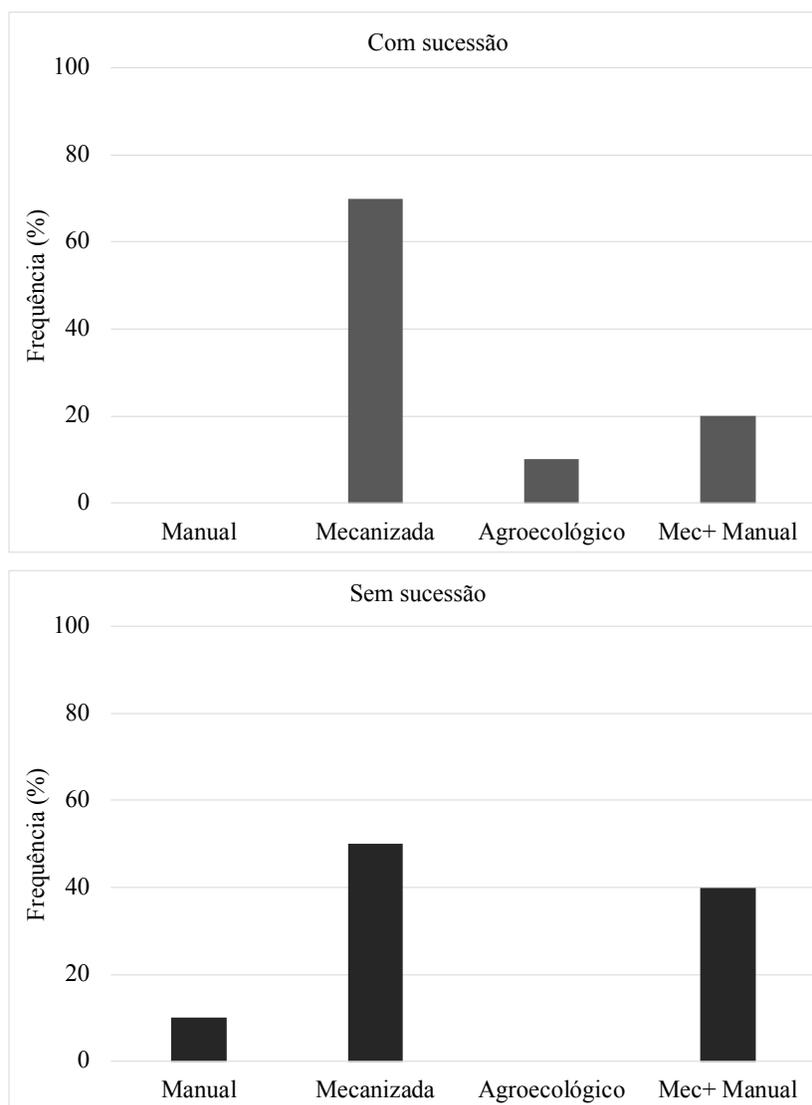
Quando questionado aos gestores se consideram as atividades econômicas desenvolvidas no estabelecimento rural economicamente atrativas, no grupo sem sucessão

Quando perguntado aos filhos dos gestores se gostam do trabalho e das atividades desenvolvidas na propriedade, para o grupo com perspectiva de sucessão 80% dos jovens estão plenamente satisfeitos. No grupo sem sucessão, 50% estão plenamente satisfeitos com o trabalho.

Gidakou et al. (2004) destaca que o tamanho do estabelecimento, localização e sistema de produção utilizado na propriedade possuem grande influência sobre a sucessão familiar. Agricultores com sistemas de produção pouco produtivos e rentáveis, alocados em terras menos favorecidas de difícil mecanização, possuem menores condições para a sucessão quando comparados aos agricultores residentes em terras planas com disponibilidade de mecanização.

No grupo com sucessão predomina o sistema produção mecanizado para as atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade (Figura 7). No grupo sem sucessão constata-se também o predomínio do sistema de produção mecanizado, porém, para uma parcela das propriedades os sistemas utilizados são parte manual e parte mecanizado (40%). Apenas no grupo com sucessão constatou-se o desenvolvimento de atividades agroecológicas.

Figura 7- Sistemas de produção utilizados nas propriedades.



Fonte: A autora

Legenda: Mec + manual: sistema mecanizado e parte manual

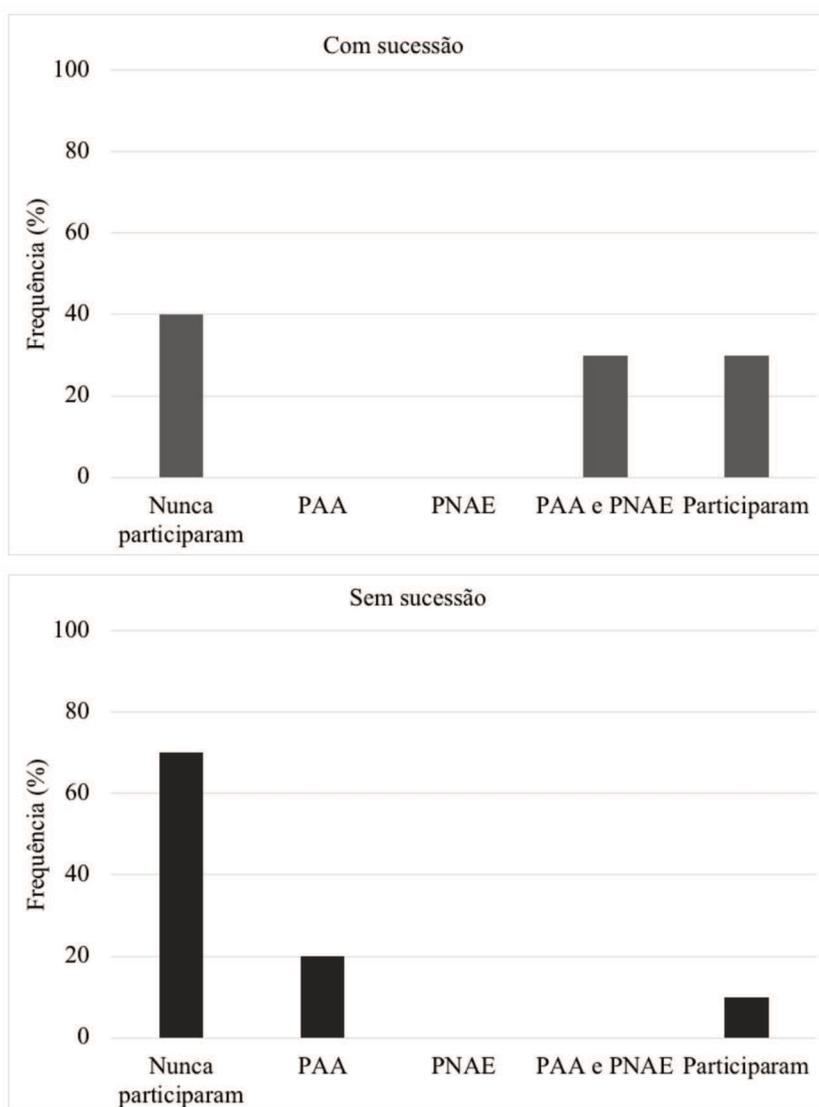
A implantação de sistemas orgânicos e ou agroecológicos em substituição aos tradicionais, pode ser um fator motivacional à permanência dos jovens no meio rural (GERBER; AGUIAR, 2009).

Na última década, o Brasil tem vivenciado uma série de transformações relacionadas ao desenvolvimento de programas voltados à agricultura familiar (SCHIMITT; GRISA, 2013). A construção de mercados institucionais para este setor, deu-se graças a pressão dos movimentos sociais para a criação de políticas públicas, como o Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (RAMBO; COSTA; LAFORGA, 2016).

Cerca de 40% das famílias entrevistadas nunca participaram de nenhum programa institucional (PAA e PNAE) no grupo com sucessão. Para o grupo sem sucessão são 70% das famílias. Apenas no grupo com sucessão verificou-se que 30% das famílias participam atualmente de ambos os programas (Figura 8).

Figura 8- Frequência de participação nos programas institucionais PAA e PNAE.



Fonte: A autora

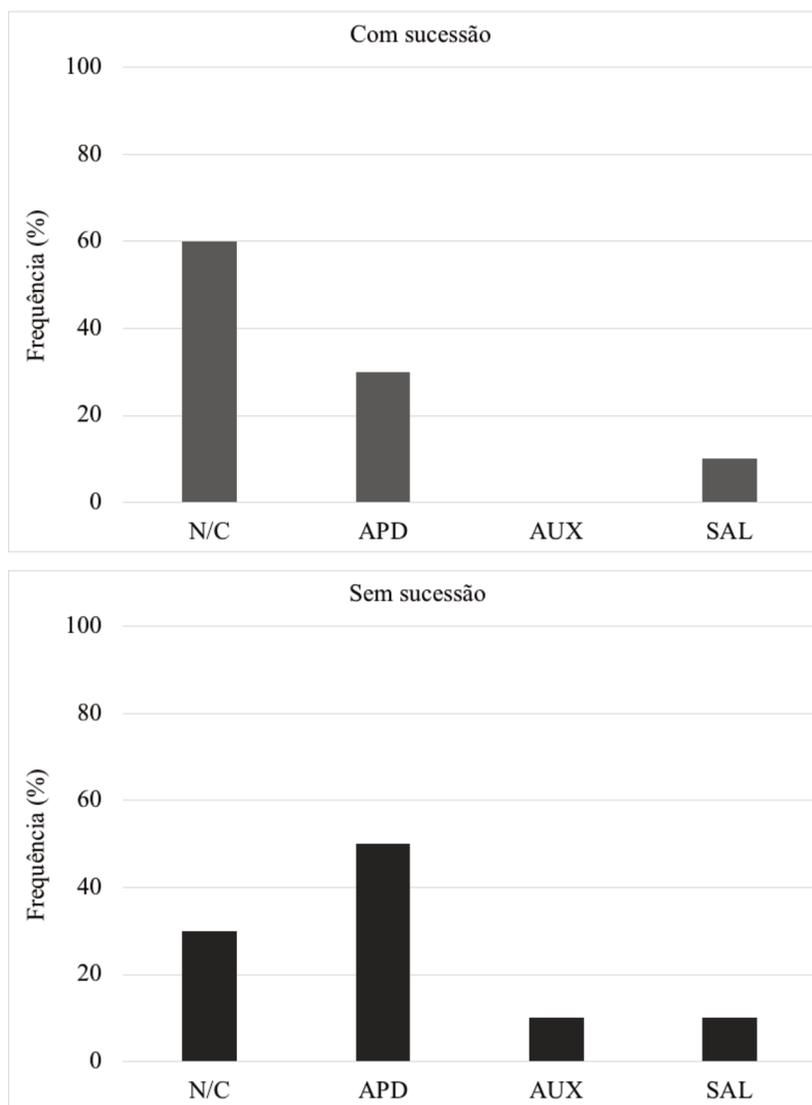
As famílias que participaram de um ou de ambos programas, mas que atualmente não participam mais, pontuam que a desistência foi motivada pelo baixo escoamento da produção e baixa demanda dos produtos.

No que tange à renda agrícola, 60% das propriedades com perspectiva de sucessão e 30% das propriedades do grupo sem sucessão, os integrantes que residem no estabelecimento rural possuem renda essencialmente agrícola (Figura 9).

No grupo com sucessão a renda familiar é complementada com aposentadoria em 30% das propriedades e em apenas 10% a renda é proveniente do salário de um integrante do grupo familiar que realiza atividades econômicas fora do estabelecimento rural.

No grupo sem sucessão, 50% das famílias possuem complemento de renda proveniente da aposentadoria dos gestores, 10% das famílias têm fonte de renda não-agrícola oriunda de auxílio (o qual não foi informado durante a entrevista) e 10% possui renda não agrícola proveniente de salário.

Figura 9- Tipos de fontes de renda não agrícola do grupo familiar.



Fonte: A autora.

Legenda: N/C: Não ocorre; APD: Aposentadoria; AUX: Auxílios; SAL: salário.

Quando questionados se a remuneração recebida pelas atividades agrícolas é suficiente para garantir investimentos e modernização dentro do estabelecimento agrícola, 80% das famílias no grupo com sucessão consideram suficiente, enquanto apenas 30% no grupo sem sucessão consideram suficiente.

No mesmo sentido, quando perguntados se a remuneração obtida é suficiente para garantir que as famílias atinjam suas metas pessoais, como por exemplo, educação dos filhos, férias etc., no grupo com sucessão, 70% afirmam que a remuneração obtida permite atingir

seus objetivos pessoais. Para o grupo sem sucessão, apenas 30% dizem ser suficiente para atingir seus objetivos pessoais.

Os investimentos realizados nas propriedades promovem a permanência de jovens no meio rural. Estes investimentos possuem origem de financiamentos e empréstimos realizados por meio de programas sociais que fomentam o desenvolvimento da agricultura familiar (STUANI; NECKEL; FICAGNA, 2016). Nas propriedades com sucessão, a maioria dos entrevistados revelaram obter remuneração suficiente para realizar melhorias na propriedade, o que pode ter favorecido a permanência dos filhos.

O maior nível de investimento nas propriedades está diretamente correlacionado à percepção de risco de endividamento pelos agricultores entrevistados. No grupo com sucessão 40% dos gestores percebe alto risco de endividamento, comparados com apenas 10% no grupo sem sucessão.

4.3 BLOCO III- PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE A OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E O MEIO RURAL

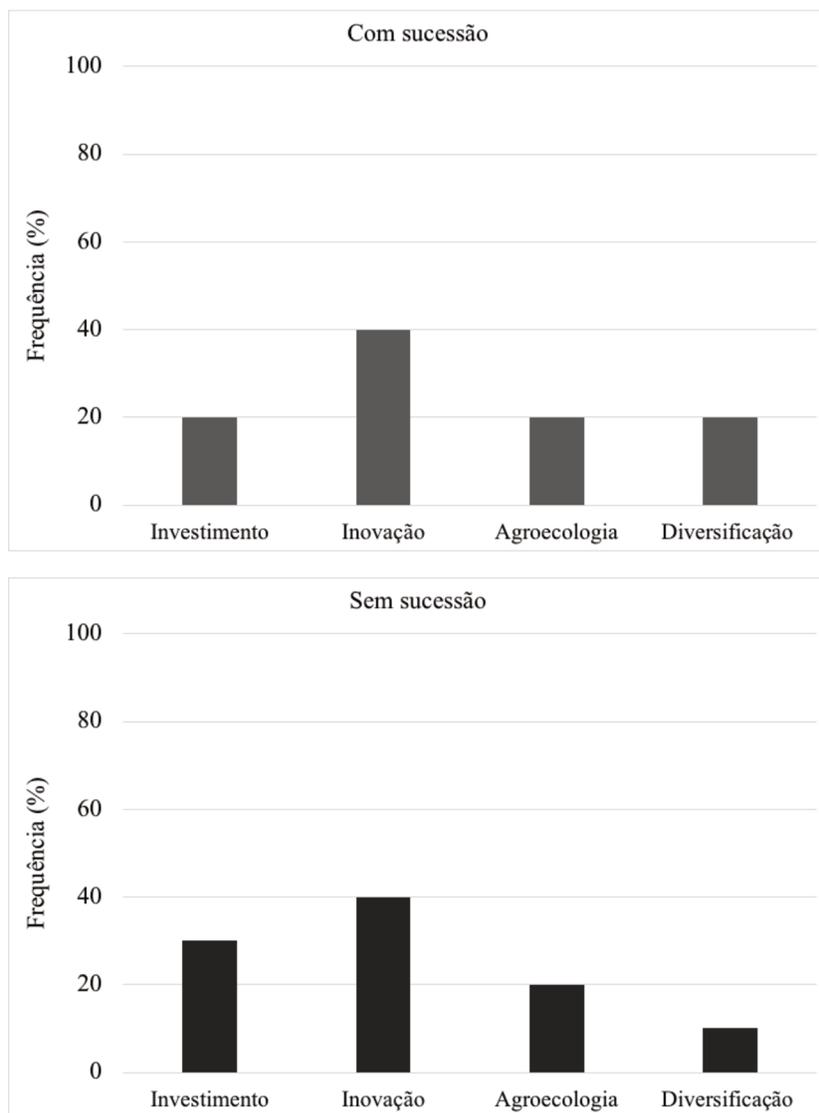
No grupo com sucessão, 80% dos pais desejam a profissão de agricultor aos seus filhos, ao passo que, no grupo sem sucessão apenas 50% deseja que o filho siga a profissão de agricultor. Isto pode estar relacionado as condições vividas pela família no meio rural e o desejo de que os filhos sigam profissões mais promissoras na cidade.

Muitos agricultores sentem-se em condição de inferioridade e muitos sofrem preconceito pela massiva valorização do urbano e marginalização do rural. Famílias que vivem esta realidade, especialmente as que não tem condições de dar boas terras aos seus filhos, não desejam que eles reproduzam a profissão de agricultor. Portanto os incentivam a migrare, e o incentivo é ainda maior para as moças (GERBER; AGUIAR, 2009).

Quando questionado aos pais se existem alternativas para estimular a permanência dos jovens no campo, no grupo com sucessão 30% concordaram parcialmente que há formas de estímulo. O grupo sem sucessão foi indiferente (30%) ou acredita que existem poucas formas de estímulo a permanência do jovem no campo (70%; figura 10).

agregar valor aos produtos. No grupo sem sucessão as respostas foram similares, com destaque à inovação e investimento na unidade de produção (Figura 11).

Figura 11- Opções de estímulo a permanência dos jovens na propriedade.



Fonte: A autora.

Os agricultores destacam que para promover a permanência dos jovens é necessário investir no fortalecimento de linhas de crédito voltadas ao público jovem e a mulheres, assim como a facilidade de crédito para investimento na unidade de produção. Em dois dos estabelecimentos com sucessão, o acesso a financiamentos para a construção de uma

agroindústria e uma casa para o filho sucessor, foram fatores que estimularam e possibilitaram a permanência dos jovens no campo.

Gerber e Aguiar (2009) destacam que existem alguns fatores que poderiam estimular a permanência dos jovens e mulheres no meio rural, entre eles, cita-se: estímulo ao desenvolvimento de atividades não agrícolas, permitir o acesso à terra, implantação de sistemas agroecológicos em substituição aos tradicionais, estimular a diversificação da produção e programas de governo direcionados a juventude rural.

Os agricultores também concordam sobre o envelhecimento da população rural. 100% dos entrevistados responderam que sim, de fato a população que permanece no meio rural está ficando mais velha. O envelhecimento e a masculinização do campo foi reconhecido pelos agricultores como um problema ao desenvolvimento do meio rural.

O envelhecimento tornou-se uma questão social relevante no meio rural, principalmente pelo fato de que as novas gerações visualizam as cidades como espaços de vida mais promissores, deixando o campo e com isso ocasionando o envelhecimento da população rural que permanece (SPANEVERELLO et al., 2017).

Gerber e Aguiar (2009) assinalam que um dos problemas da migração mais acentuada das moças do que dos rapazes é a continuação das famílias, que está relacionada com o matrimônio. Com a masculinização do campo, as oportunidades de constituição de uma família são mais escassas aos rapazes, o que pode ser um fator estimulante para eles deixarem o meio rural também.

4.4 BLOCO IV- PERCEPÇÃO DOS FILHOS SOBRE O MEIO RURAL E A ATIVIDADE AGRÍCOLA

Trabalhos desenvolvidos na região Oeste de Santa Catarina apontam as principais motivações que levam os jovens a saírem do meio rural. Dentre eles, um trabalho desenvolvido por Abramovay et al. (2001) pontua à ausência de estímulo a permanência dos jovens por parte dos pais, ausência de expectativa de geração de renda e maior grau de escolaridade dos filhos, como fatores que impulsionaram a saída dos destes da zona rural.

Já um trabalho desenvolvido por Mello et al. (2003), pontua a desigualdade de gênero (exclusão das filhas no processo de sucessão) ausência de remuneração pelo trabalho dos

filhos e ausência de participação nas decisões produtivas como fatores negativos a permanência dos filhos no estabelecimento rural.

Como já destacado anteriormente, os motivos que levam os jovens a deixarem o campo são diversos e levam em conta várias esferas: social, econômica, cultural, ambiental etc. Um dos questionamentos centrais desta pesquisa diz respeito as relações pessoais familiares dos jovens com seus pais, ou seja, como o diálogo pode ser um fator estimulante ou desestimulante à sucessão.

No grupo com sucessão 70% dos jovens dizem que há facilidade de diálogo, já no grupo sem sucessão este número cai para 50% (Figura 12).

a gestão do trabalho na agricultura, são fatores importantes para a motivação da permanência dos jovens e mulheres no meio rural (GERBER; AGUIAR, 2009).

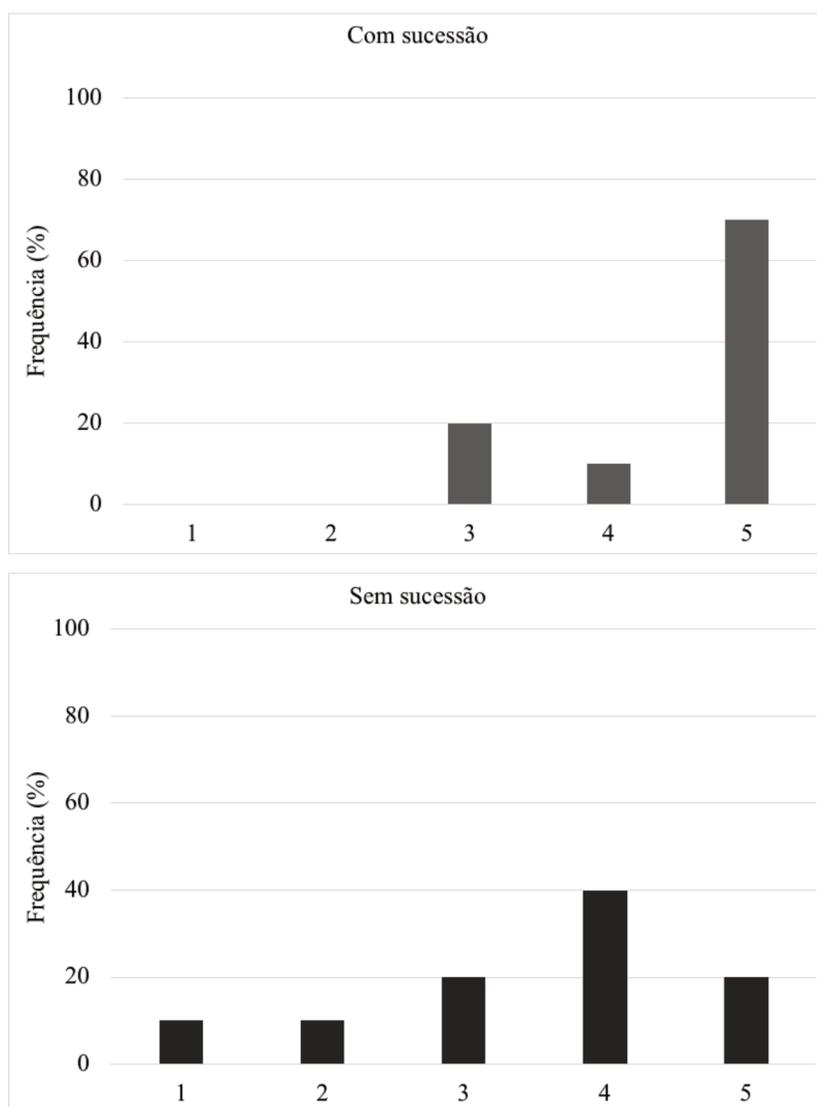
Muitos trabalhos desenvolvidos apontaram para um universo de possibilidades que motivam os jovens a dar continuidade ou não a profissão de agricultor. Entre eles está o gosto pela atividade rural (GERBER; AGUIAR, 2009).

Nas propriedades com sucessão, 80% dos jovens afirmam gostar do trabalho e das atividades desenvolvidas, enquanto que no grupo sem sucessão apenas 50% gostam do trabalho no campo.

A falta de interesse pela atividade agrícola representa um aspecto a ser considerado para a compreensão do afastamento dos jovens do campo (ALCÂNTARA; FILHO, 2014), pois gostar da atividade é um dos grandes motivos que faz com que o jovem permaneça no campo, mesmo que não haja incentivo direto por parte dos pais (STUANI; NECKEL; FICAGNA, 2016).

Atrelada ao gosto pelas atividades agrícolas está a perspectiva de um futuro próspero, com oportunidades de desenvolvimento e crescimento no meio rural. No grupo com sucessão a grande maioria, 70% dos jovens veem o campo como um lugar promissor, com oportunidades de crescimento econômico e pessoal, sendo uma boa opção para continuar a vida. Para o grupo sem sucessão, observa-se que as opiniões ficam divididas, e a percentagem de jovens que veem o campo como um lugar promissor cai para 20% (Figura 14).

Figura 14- Percepção dos jovens sobre a prosperidade de seu futuro no campo.



Fonte: A autora.

Legenda: Discorda plenamente 1 ... 2 ... 3 ... 4 ... 5 Concorda plenamente

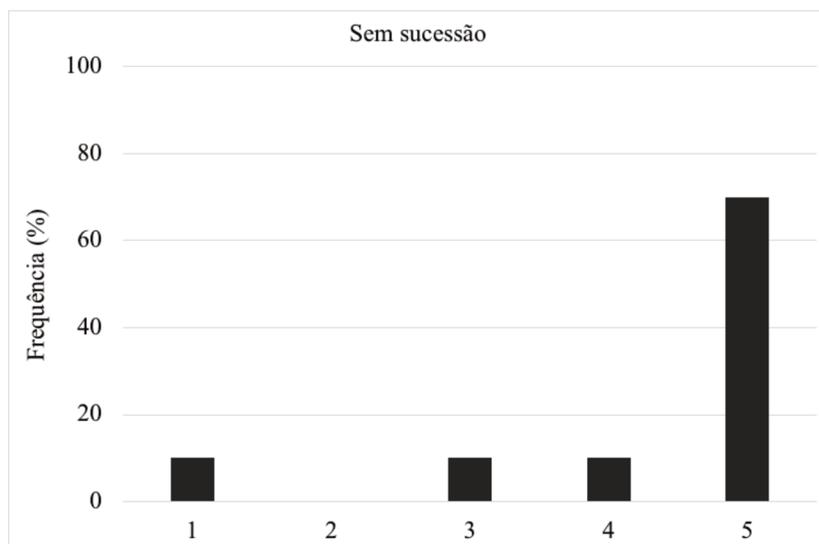
Ainda, dentre os principais apontamentos como motivações que levam os jovens a deixarem o campo, têm-se a falta de opções de lazer. Em ambos os grupos se observa que os jovens estão insatisfeitos com as opções de lazer e entretenimento, como atividades culturais e esportivas, escassas no meio rural (50% com sucessão; 80% sem sucessão).

No aspecto econômico, 90% dos jovens no grupo com sucessão concordam que a renda da atividade foi importante na sua decisão de permanecer na propriedade (Figura 15).

grupo sem sucessão, observa-se que o fator econômico não foi o grande motivador a sua saída, ou seja, a decisão de sair do campo leva em conta outros fatores além da rentabilidade da propriedade.

Outro componente importante é o componente social e cultural. Aqui busca-se entender qual a percepção dos jovens sobre a qualidade de vida que o meio rural pode oferecer, através do contato com a natureza por exemplo, e se isso de alguma forma os incentiva a permanecer no campo (Figura 16).

Figura 18- Frequência de jovens que deixaram o campo em busca de oportunidades de estudo e/ou trabalho nas cidades.



Fonte: A autora.

Legenda: Discorda plenamente 1 ... 2 ... 3 ... 4 Concorda plenamente 5

O deslocamento dos jovens para as cidades pode ser estudado por dois ângulos. O primeiro refere-se às dificuldades encontradas pelos jovens para acessar escolas, cursos técnicos e universidades, bem como as condições de trabalho muitas vezes insatisfatórias e a renda irregular. O segundo refere-se à supervalorização da vida urbana pelos jovens (GODOY et al., 2010).

Além dos fatores qualidade de vida, econômico e social/cultural, buscou-se entender se a motivação dos jovens que permanecem tem origem na falta de oportunidades em outras áreas. Os dados apresentados na Figura 19 indicam que para a metade dos prováveis sucessores (50%), a decisão de permanecer no campo não foi motivada pela falta de alternativas na cidade. Tais resultados indicam que a decisão de permanência de grande parte destes jovens no campo não foi motivada pela ausência de oportunidades em outras áreas, mas sim pela escolha de seguir com a profissão dos pais.

Quadro 1- Informações a respeito da decisão dos filhos de permanecer ou sair do campo.

COM SUCESSÃO		SEM SUCESSÃO	
Jovem 1	A decisão de ficar no campo partiu de o filho querer permanecer e parte foi por influência da formação familiar	Jovem 1	A área de terra da família é pequena, não havia como manter todos com o rendimento; os pais incentivaram a saída
Jovem 2	Decisão própria de permanecer no campo, não houve influência familiar	Jovem 2	A saída foi motivada pela falta de valorização do agricultor, preços baixos e falta de incentivo á permanência
Jovem 3	É filho único, têm consciência de que precisa ajudar seus pais nas atividades agrícolas	Jovem 3	A principal motivação foi educacional, saiu em busca da continuação dos estudos

Fonte: A autora.

A partir do exposto, pode-se constatar que o gosto pela agricultura e a vontade do jovem em permanecer no campo, mesmo sem haver incentivo dos pais, pode ser suficiente para que o jovem decida seguir com a profissão agrícola. Um exemplo disto foi encontrado em uma das propriedades entrevistadas, na qual o jovem descreveu que seus pais o incentivaram a sair e buscar outro emprego, no entanto, o jovem decidiu ficar pois tem consciência das consequências negativas que a falta de sucessores aos estabelecimentos familiares pode gerar.

Nas famílias sem perspectivas de sucessão as respostas obtidas confirmaram a hipótese de que propriedades agrícolas menores podem inviabilizar a manutenção dos filhos na propriedade, gerando um estímulo a saída do campo em busca de outras oportunidades.

Também se observou que a saída do campo é motivada pelo desejo de prosseguir com os estudos, pela baixa valorização da profissão de agricultor e pela baixa rentabilidade das atividades agrícolas. Mesmo gostando de morar no campo, muitas vezes, não há interesse do jovem em permanecer, seja pela penosidade ou pela baixa remuneração, por exemplo.

Ainda, as demais respostas obtidas pelos jovens do grupo sem sucessão apontam para o alto custo de produção agrícola e baixo retorno econômico como fatores que os incentivaram a deixar o campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou a partir das entrevistas realizadas captar características pertinentes ao processo sucessório em propriedades rurais familiares. Foi possível elencar quatro principais fatores vinculados ao processo sucessório: a) Econômico: renda agrícola, capacidade de investimento e inovação, disponibilidade de terra; b) Sistema de produção: mecanização, penosidade, infraestrutura, participação em programas institucionais; c) Social: relação com os pais, família, comunidade, carência de atividades culturais e recreativas; d) Questão de gênero: preferência pelos filhos homens no processo de sucessão.

A renda proveniente das atividades realizadas na propriedade demonstrou ser um fator importante ao processo sucessório, porém não é o único elemento considerado na decisão de sair ou ficar na propriedade. O tamanho das propriedades agrícolas tem relação com a possibilidade de sucessão, pois propriedades muito pequenas podem inviabilizar seu fracionamento no processo, ou ainda, não gerar renda suficiente para manter todos os membros da família. Propriedades maiores, com disponibilidade de capital para investir em infraestrutura e inovação, favorecem o processo sucessório. Adicionalmente, políticas públicas como PAA e PNAE podem ser estratégias eficazes à geração de renda e, assim, a permanência de jovens no campo.

Constatou-se que a possibilidade de permanência no campo está diretamente correlacionada com melhores condições de trabalho, ou seja, atividades mecanizadas com menor penosidade são mais atrativas e, portanto, favoráveis à sucessão familiar.

O diálogo com os pais e a maior participação dos jovens na gestão do estabelecimento também são importantes para a viabilização da sucessão familiar rural.

A ausência de espaços para lazer e recreação são fatores mencionados como grandes impulsionadores da migração dos jovens para centros urbanos, bem como a busca por oportunidades de trabalho e de estudo.

Historicamente, no processo sucessório a possibilidade de a filha ser sucessora da propriedade é pouco considerada pelos pais, geralmente ocorrendo apenas em casos onde não há filhos homens. A preferência por filhos homens no processo sucessório e para o gerenciamento das atividades agrícolas, aliada ao estímulo a saída das filhas, pode ser

desfavorável a sucessão, pois em propriedades onde não há filhos homens a probabilidade de ocorrer a sucessão é menor.

ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

CENTRO DE SOCIOECONÔMICA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010**. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepapublicacoes/Sintese_2016.pdf> Acesso em: 02 jan. 2018.

CRUZ, A.L.A; OLIVEIRA, J.L. Os processos de socialização dos sucessores em empresas familiares: o desafio de construir a transição multigeracional. *Revista de Ciências da Administração*, v.16. n.39, p.236-249, 2014.

DURSTON, J. **Juventud y desarrollo rural**: marco conceptual y contextual. Santiago do Chile: CEPAL, 1998.

FROEHLICH, J, M. **Rural e Natureza: A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. 2002. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FROEHLICH, J.M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. Santa Maria: **Ciência Rural**, v.41, 2011.

GERBER, R.M.; AGUIAR, V.V.P. **Apontamentos sobre as principais questões de gênero e geração no meio rural catarinense**. Florianópolis: EPAGRI, 2009.

GIDARAKOU, I.; KAZAKOPOULOS, L.; KOUTSOURIS, A. Pluriactivity and sucession in small family farms: the case of two less favoured areas in Greece. In: CRISTÓVÃO, A. **Farming and rural systems research and extension: european farming and society in search of a new social contract: learning to manage change**. Vila Real: Editora da UTAD, 2004. p. 151-159. Disponível em: <http://ifsa.boku.ac.at/cms/fileadmin/Proceeding2004/2004_WS2_05_Gidakou.pdf> Acesso em 11 mar. 2018.

GODOY, C.M.T et al. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2010. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 17 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 1940-2010**. Disponível em:<

<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>. Acesso em: 30 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=0&uf=42>
Acesso em 22 jan. 2018.

JUCHEM, D. M.; BOSCARIN, P.; CÉSPEDES, E. A. H. **Principais Problemas Enfrentados na Hora da Sucessão na Propriedade Rural: evidências empíricas**. Passo Fundo, RS, 2006.

KYOTA, N.; PERONDI, M.A. Sucessão geracional na agricultura familiar: uma questão de renda? In: BUAINAIN, A.M et al. **O mundo rural no Brasil do século 21**. Brasília: EMBRAPA, 2014. Cap. 3, p.1011- 1047.

LAMARCHE, H. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, v.1, p. 13-33, 1993.

LODI, J.B. **A empresa familiar**. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

MELLO, M.A. et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. São Paulo: **Agricultura**, 2003.

MUSSOI, E.M. **Juventude rural: em busca de um trabalho sob nova dinâmica**. Florianópolis: Epagri, p.17, 1993.

NAVARRO, Z; **A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica**. Embrapa, 2010. Disponível em: <
<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/904333>> Acesso em 23 set. 2017.

RAMBO, J.R; COSTA, S.M.A.; LAFORGA, G. Aspectos inovativos presentes nas atuais políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar brasileira. **Raízes**, v. 26, n.2, 2016.

SCHIMITT, C.J; GRISA, C. **Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental**. p. 215-265, 2013.

SCHNEIDER, S.; Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. [S.I]: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2003.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI, 2001.

SPANEVERELLO, R.M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Porto Alegre: [s.n] (Tese de Doutorado). 2008.

SPANEVERELLO, R.M. et al. A problemática do envelhecimento do meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. Unijuí: **Desenvolvimento em Questão**, n.40, p.348-372, 2017.

STROPASOLAS, V.L.; Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. [S.I] **Agricultura**, v. 8, n.1, 2011.

STUANI, C; NECKEL, A; FICAGNA, A.V.O. **Jovens herdeiros: uma análise da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais em Nova Araçá**. Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas: Passo Fundo, 2016.

TESTA, V.M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense (Proposta para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, p. 247, 1996.

TESTON, S.F; FILIPPIM, E.S. **Perspectivas e desafios da preparação de sucessores para empresas familiares**. Rio de Janeiro: RAC, v.20, n.5, p.524-545, 2016.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C.(Org.). **Agricultura familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, p. 23-56, 1999.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WINCK, C.A et al. Processo sucessório em propriedades rurais na Região Oeste de Santa Catarina. Três Corações: **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 11, n. 2, p. 115-127, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de Caso - Planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO

NOTA: É fundamental que, antes de responder qualquer pergunta, tenha lido e concordado com as condições descritas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).	
Nome:	ID:
Linha:	Sucessão:

BLOCO I - CARACTERÍSTICAS FAMILIARES

1. Integrantes da família

1: (1)	2: (2)	3: (3)	4: (4)	5: (>4)
--------	--------	--------	--------	---------

2. Integrantes da família que moram no estabelecimento rural:

1: (1)	2: (2)	3: (3)	4: (4)	5: (>4)
--------	--------	--------	--------	---------

3. Idade do (s) gestor (res)¹ do estabelecimento (em caso de sucessão o filho (a) não deve ser contabilizado neste item):

Gestor#01

Idade:		Sexo: masculino () feminino ()		
1: 50-55	2: 56-60	3: 61-65	4: 66-70	5: >70

Gestor#02

Idade:		Sexo: masculino () feminino ()		
1: 50-55	2: 56-60	3: 61-65	4: 66-70	5: >70

¹ Tomadores de decisão.

4. Escolaridade (frequência escolar em anos) dos gestores do estabelecimento rural:**Gestor#01**

1: não possui	2: até 4 anos	3: 5-8 anos	4: 9-12 anos	5: > 12 anos
---------------	---------------	-------------	--------------	--------------

Gestor#02

1: não possui	2: até 4 anos	3: 5-8 anos	4: 9-12 anos	5: > 12 anos
---------------	---------------	-------------	--------------	--------------

5. Local de residência dos filhos (mais de uma alternativa pode ser marcada):

1: na UPA	2: em Chapecó	3: outro município	4: outro estado	5: outro país
-----------	---------------	--------------------	-----------------	---------------

6. Ocupação atual dos filhos (mais de uma alternativa pode ser marcada):

1: desocupado	2: agricultura	3: agricultura + estudo	4: outra, não-agrícola	5: agricultura + outra
---------------	----------------	-------------------------	------------------------	------------------------

7. Posição de nascença do filho sucessor:

1: não há sucessor	2: mais velho	3: intermediário	4: mais jovem
--------------------	---------------	------------------	---------------

8. Forma de posse do estabelecimento:

1: usufruto	2: arrendamento	3: comprado	4: herança	5: outro
-------------	-----------------	-------------	------------	----------

BLOCO II: ESTABELECIMENTO RURAL E COMPONENTE ECONÔMICO**9. Tamanho do estabelecimento rural (hectares): Resposta _____**

1: até 5 ha	2: 6-10 ha	3: 11-20 ha	4: 21-40 ha	5: >40 ha
-------------	------------	-------------	-------------	-----------

10. Superfície agrícola útil (hectares): Resposta _____

1: até 5 ha	2: 6-10 ha	3: 11-20 ha	4: 21-40 ha	5: >40 ha
-------------	------------	-------------	-------------	-----------

11. Área efetivamente cultivada (hectares): Resposta _____

1: até 5 ha	2: 6-10 ha	3: 11-20 ha	4: 21-40 ha	5: >40 ha
-------------	------------	-------------	-------------	-----------

12. Principal atividade econômica desenvolvida no estabelecimento (1). Utilizar (2) quando houver uma segunda atividade principal:

1: grãos	2: horticultura	3: agroindústria	4: pecuária	5: outra
----------	-----------------	------------------	-------------	----------

13. Principais produtos agrícolas produzidos pelo estabelecimento:

1.1 soja	2.1 frutas	3.1 panificados	4.1 aves	5.1 outras
1.2 milho	2.2 olerícolas	3.2 embutidos	4.2 suínos	
1.3 feijão		3.3 lácteos	4.3 gado leite	
1.4 trigo		3.4 frutas	4.4 gado corte	

14. Sistema de produção utilizado no estabelecimento para atividade principal (1) e secundária (2):

1: manual	2: mecanizada	3: mecanizada + automação	4: orgânico e/ou agroecológico	5: outro
-----------	---------------	---------------------------	--------------------------------	----------

15. Participam de algum programa institucional (PNAE e PAA):

1: Não	2: Sim: PAA	3: Sim: PNAE	4: Sim: PAA e PNAE	5: Não, mas há interesse
--------	-------------	--------------	--------------------	--------------------------

16. Sua participação no PNAE/PAA é economicamente positiva (vale a pena):

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

17. Integrantes da família com vínculo trabalhista fora do estabelecimento rural:

1: não ocorre	2: prestador de serviços	3: contrato de trabalho	4: servidor público	5: outra
---------------	--------------------------	-------------------------	---------------------	----------

18. Integrantes da família com remuneração (fonte de renda) não- agrícola:

1: não ocorre	2: Aposentadoria	3: auxílio (bolsa família, benefício INSS, etc.)	4: salário	5: outra
---------------	------------------	--	------------	----------

19. Você considera as atividades desenvolvidas no estabelecimento rural economicamente atrativas:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

20. A remuneração das atividades agrícolas é suficiente para garantir investimento e modernização (inovação) frequente dentro do estabelecimento agrícola:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

21. A remuneração das atividades agrícolas é suficiente para atingir suas metas pessoais (educação aos filhos, moradia, férias, etc.):

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

22. O risco de endividamento, relacionado a oscilação de preços, clima e políticas públicas, é relativamente baixo:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

23. Considera penosas (árduas, difíceis) as atividades desenvolvidas no estabelecimento:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

BLOCO III: QUESTÕES SOBRE OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E O MEIO RURAL

24. Você deseja a profissão de agricultor (a) aos seus filhos

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

25. Atualmente existem alternativas (formas de estímulo) para a permanência dos jovens no campo:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

26. Onde estão as oportunidades de permanência dos jovens:

1: investimento na UPA	2: inovação e tecnologia	3: produção orgânica e/ou agroecológica	4: agregar valor, agroindústria por exemplo	5: outra
------------------------	--------------------------	---	---	----------

27. A população rural está envelhecendo:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

28. A vida no campo é mais difícil para as mulheres:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

29. O envelhecimento e a masculinização são um problema para a comunidade:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

30. O que poderia ser feito para favorecer a permanência dos jovens no campo:

1: Apoio à agricultura orgânica e/ou agroecológica	2: Educação – formação profissional	3: Mais crédito a jovens e mulheres	4: Mas crédito ao investimento – infraestrutura (e.g. agroindústria)	5: outra
--	-------------------------------------	-------------------------------------	--	----------

PARTE ESPECÍFICA PARA OS FILHOS**31. Existe facilidade (abertura) para o diálogo com os pais:**

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

32. Os seus pais geralmente ouvem sua opinião, e a levam em conta na gestão do estabelecimento rural:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

33. Você gosta do trabalho ou das atividades desenvolvidas no estabelecimento rural:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

34. Você vê um futuro próspero, com oportunidades de desenvolvimento e crescimento no campo:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

35. A zona rural oferece opções para atividades culturais, esportivas, recreação e de lazer, principalmente aos finais de semana:

1:	2:	3:	4:	5:
Discordo plenamente				Concordo plenamente

36. Quais os motivos que lhe motivaram a permanecer na atividade agrícola:

1: Econômico	2: Social e cultural (amigos/família, modo de vida)	3: Qualidade de vida (contato com a natureza, tranquilidade)	4: Falta de alternativas na cidade	5: Outro
1.1 Discordo plenamente	2.1	3.1	4.1	5.1
1.2	2.2	3.2	4.2	5.2
1.3	2.3	3.3	2.3	5.3
1.4	2.4	3.4	4.4	5.4
1.5 Concordo plenamente	2.5	3.5	4.5	5.5

37. Quais os motivos que levaram a saída da atividade agrícola:

1: Econômico	2: Social e cultural (não gosta de morar na roça)	3: Estudos e trabalho (oportunidades em outras áreas)	4: Penosidade (busca trabalho menos árduo)	5: Outro (e.g. desentendimento familiar)
1.1 Discordo plenamente	2.1	3.1	4.1	5.1
1.2	2.2	3.2	4.2	5.2
1.3	2.3	3.3	2.3	5.3
1.4	2.4	3.4	4.4	5.4
1.5 Concordo plenamente	2.5	3.5	4.5	5.5

38. Outras informações sobre a decisão dos filhos de ficar ou sair do campo: